

# CONTRIBUIÇÃO PARA AS MEMÓRIAS ACADÊMICAS

## Encerramento dos festejos comemorativos do cinquentenário da Revolução Constitucionalista

### *A Redação*

No dia 24 de agosto de 1982, no Salão Nobre, sob a presidência do novo diretor, Professor Vicente Marotta Rangel, realizou-se sessão solene da Congregação, comemorativa ao cinquentenário da Revolução de 1932. Fizeram-se presentes membros da Associação dos Antigos Alunos, além dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade. Os trabalhos foram abertos pelo Professor Marotta Rangel que passou a palavra ao Professor Geraldo de Camargo Vidigal que, por sua vez, abordou o tema "A Revolução de 1932 e a Faculdade de Direito de São Paulo". Seguiram-se discursos do bacharel Pedro Brasil Bandedchi, com o tema "O Espírito de 1932" e o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto.

Nessa mesma noite foi inaugurado o Museu da Faculdade, falando, na ocasião, o Doutor Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, incumbido de sua organização.

A cerimônia findou com a colocação do quadro do Professor Antônio Chaves na Galeria dos Quadros dos Ex-Diretores, desta Faculdade. Por ordem, os discursos dos que prestaram homenagens.

## A Revolução de 1932 e a Faculdade de Direito de São Paulo

### *Geraldo Vidigal*

Professor de Direito Econômico Financeiro  
da Faculdade de Direito da Universidade de  
São Paulo

Cinquenta anos atrás, o dia 9 de julho assinalava a deflagração de Guerra Cívica Paulista.

Nacional nos seus objetivos, nacional nos seus fundamentos, nacional em suas motivações, nacional em sua preparação tornou-se paulista a Guerra Cívica, porque a São Paulo sozinho caberia conduzi-la e sofrer por ela.

Nestas Arcadas, que tanto se devotaram à Guerra Cívica, vai evocá-la um professor que a ela assistiu no entusiasmo atônito dos seus dez anos.

Findara-se o ano de 1931. A aurora do novo ano assinalava o surgir de uma nova entidade política em Piratininga — a Frente Única Paulista. Longamente preparada pela ação coordenadora de Álvaro de Carvalho e de Júlio de Mesquita Filho, receberia a Frente Única o seu batismo a 16 de fevereiro de 1932.

Nessa data, Francisco Morato, o Mestre que o Largo de São Francisco reverenciava, fez publicar, assinado pelos homens mais expressivos da São Paulo de então, o severo e determinado manifesto que redigira para a fundação da Frente Única Paulista.

Antes ainda, a 13 e a 19 de janeiro, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista haviam lançado proclamações que conduziam à estruturação da Frente.

O que se passava em São Paulo, repetia-se, com menor intensidade, por todo o Brasil. Nos diferentes Estados do País, muitos se desiludiam das intenções dos homens da Aliança Liberal que se haviam apoderado do governo, muitos se fortaleciam e se extremavam na discordância que já os separava da Revolução de 1930.

A mesquinhez do governo provisório, que buscava perpetuar-se no poder, os abusos e tropelias dos que em seu nome invadiram governos estaduais e municipais, faziam nascer um clamor de protesto — que tinha como ponto de partida as violências e iniquidades praticadas, mas desaguava sempre nas aspirações de Reconstitucionalização do País, porque era da substituição da Lei pelas decisões do ditador e de seus áulicos que brotavam abusos, mesquinhez, iniquidades.

Vinculada, desde seu berço, ao ideário liberal de São Leopoldo, de Monte Alegre, de Líbero Badaró; alimentada desde os primeiros passos nas fontes do Farol Paulistano e do Observador Constitucional; engrandecida nas lutas do Abolicionismo e da pregação Republicana, do Civilismo e da Liga Nacionalista — era natural que a Faculdade do Largo de São Francisco refletisse intensamente a condenação nacional ao regime de despotismo que se instalara no Rio e se espraiara do Oiapoque ao Chuí.

Ligada a homens de destaque, que de todo o País haviam acorrido, durante um século, para receberem formação nas Arcadas, era de esperar-se que a Faculdade ecoasse e amplificasse vozes como as de Borges de Medeiros e de Raul Pila, no Rio Grande do Sul, como as de Djalma Pinheiro Chagas, em Minas, de José Eduardo Macedo Soares, no Rio, de Prado Valadares, na Bahia, como as que no Piauí e em todo o Norte e Nordeste verberavam a prepotência e a arbitrariedade impetrantes.

Balizando, com as sucessivas gerações de seus moços, toda a História política do País desde 1827, como poderia calar-se a Faculdade quando intrusos, pela força das armas, esbulhavam o povo paulista do governo autônomo de seu Estado?

Afeita ao culto da lei, à idéia do Estado de Direito, poderia a Faculdade silenciar quando o arbítrio se expressava a cada dia em decretos, em portarias e avisos que espezinhavam o que restava da Constituição da República, reduzida a mero regulamento?

Daí a revolta que estuava nas Arcadas e que o manifesto do Professor Morato expressava. Com Francisco Morato, também nossos Professores Cardoso de Mello Neto e Waldemar Ferreira subscreviam o manifesto de 16 de fevereiro.

No Largo de São Francisco, tal como nos quatro extremos do território paulista e de todo o País, a luta contra o despotismo assumiu a forma de campanha pela Reconstitucionalização.

Nem só a Faculdade do Largo de São Francisco, nem só as lideranças civis do Estado e de todo o Brasil repudiavam o arbítrio, a prepotência, o despotismo: do seio das Forças Armadas, militares da alta expressão de Isidoro Dias Lopes, de Bertoldo Klinger, de Euclýdes Figueiredo, de Palimércio Rezende, de Lísias Rodrigues, de Basílio Tabora manifestavam sua condenação à ditadura outubrista.

Por todo o País, na verdade, as aspirações pela Reconstitucionalização só eram contidas pela força. Alzira Vargas, escrevendo muitos anos mais tarde a biografia de seu pai, confessaria ingenuamente que entre seus companheiros de colégio, na época, “era moda” ser Constitucionalista. Os adolescentes exprimiam nos colégios a generalizada inconformação com o regime imperante.

Aqueles que, nesse quadro, desafiavam em São Paulo a ditadura, convocariam, dois dias depois do manifesto de 16 de fevereiro, um comício na Praça da Sé. Nas publicações da convocação, a primeira assinatura é a do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, no qual fulgurava a liderança do Professor Francisco Morato. A primeira das instituições estudantis signatárias era o nosso Centro Acadêmico XI de Agosto.

No comício, a voz destemida do Professor Waldemar Ferreira denunciaria o tenentismo outubrista, acusando os arrogantes “tenentes” de procederem como “eunucos de Vargas”.

As Frentes Únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul se haviam unido, na luta pela Constituição. Sob as pressões combinadas das duas Frentes, sob o clamor Constitucionalista que crescia em todo o País, Vargas cedeu aos protestos contra a presença do tenente Rabelo na interventória paulista, nomeando em seu lugar, a 2 de março, um “civil e paulista”, o Embaixador Pedro de Toledo.

É Goes Monteiro quem depõe: Miguel Costa e Manoel Rabelo ameaçaram, então, fazer em pedaços o civil e paulista nomeado. Lem-

bre-se, a propósito, a observação de Bertoldo Klinger: quando os conquistadores tenentistas mostravam as garras, o ditador lançava São Paulo ao apetite famélico das feras.

À presença do Embaixador à frente do governo do Estado, contrapôs-se a evidência de que os outubristas não lhe permitiriam organizar secretariado representativo da vida de São Paulo. O interventor era civil e paulista, mas os secretários refletiam o bridão do tenentismo.

Ao final daquele mês de abril, Assis Brasil publicava o “Decálogo da Frente Única” e Arthur Bernardes manifestava apoiá-lo, conclamando mineiros, gaúchos e paulistas à ação conjunta pela Reconstitucionalização.

No dia 30 de abril, a Legião Revolucionária Tenentista atacou a peruada do Centro XI quando nela se punha a nu o ridículo que cobria, na vida paulista, a presença ainda recente dos “tenentes” interventores João Alberto e Manoel Rabelo, o ridículo que marcava a presença remanescente do “tenente” Miguel Costa no comando da Força Pública Estadual.

Ao abrir-se maio de 1932, São Paulo era um vulcão prestes a explodir.

Os paulistas bem sabiam que, por todo País, os tenentes se mobilizavam, para reconquistar a chefia do governo paulista. Ao revés, em São Paulo, todas as forças vivas exigiam o cessar das amputações políticas ainda impostas ao governo estadual e se combinavam para exigir que a Pedro de Toledo fosse reconhecido o direito de organizar seu secretariado.

Vargas, manejando sinuosamente entre os fogos cruzados, fez então declarações oficiais credenciando Goes Monteiro e Miguel Costa para a necessária realização, rápida e profunda, de alterações no governo paulista.

No último decêndio de maio, tentava ainda o ditador promover discórdias entre os homens da Frente Única Paulista. A 20 desse mês, Belmonte publicava charge que caricaturava Getúlio, sob a vigilância de Goes Monteiro, afirmando a próceres democráticos estar disposto a entregar-lhes São Paulo, desde que abandonassem os perrepistas.

De outro lado, a discórdia se acendia entre Goes e Miguel Costa. O general, que então comandava a Região Militar de São Paulo, revelaria, mais tarde, em suas memórias, aquilo que na São Paulo da época não evidenciou: embora aparentasse posição ao lado dos tenentes — e até a intenção de liderá-los — profundas divergências separavam do tenentismo o então comandante da nossa Região Militar. Não havia ali mera desinteligência entre um general do Exército e um general da Força Pública: alargava-se funda fissura entre a cúpula militar e a ação política do tenentismo.

A 18 de maio, Oswaldo Aranha divulgava a intenção de agir na reorganização do governo de Piratininga. Recebera, de “tenentes” reunidos em Copacabana, plenos poderes para, nas palavras de Euclýdes Figueiredo, vibrar o golpe assecuratório da volta do predomínio do outubrismo na terra bandeirante, cujos bens, acentuava Euclýdes, “importava continuar a usufruir”.

Na manhã de 22 de maio, um boletim lançado pelos estudantes de Direito do Largo de São Francisco conclamava para um comício de protesto na Praça do Patriarca:

“Paulistas! dizia o boletim. Mais uma vez o ministro Oswaldo Aranha, como enviado especial do ditador, vem a São Paulo com o intuito de arrebatrar ao povo paulista o sagrado direito de escolher os seus governantes.”

E concluía o boletim:

“Eia, pois, povo de São Paulo! É chegada a hora da libertação e da vitória.”

A multidão, inflamada pela pregação de Ibrahim Nobre e de Pereira Lima, vai nesse dia aos quartéis gerais do Exército e da Força Pública Estadual. Da sacada do edifício do comando da Região Militar, falou o capitão Gastão Goulart, declarando que a “força federal não vibraria golpe fratricida”; defronte à Força Pública, entretanto, um troço de cavalarianos tentaria dispersar a multidão a cascos de cavalos e golpes de sabre. Quatro dias depois, Euclýdes Figueiredo, em relatório encaminhado a Borges de Medeiros, lançava a observação de que a grande maioria da Força Pública apoiava decididamente a Frente Única Paulista, ressalvada somente parte do seu regimento de cavalaria, comandado por um irmão de Miguel Costa.

Na carga de cavalaria, no dia 22, um estudante ficou ferido. A multidão, sem quebra de seu entusiasmo, dirigiu-se ao Palácio dos Campos Elysios. E Ibrahim Nobre, apontando o estudante ferido, e “o sangue paulista que começava a correr”, obteve a promessa de Pedro de Toledo de que faria prevalecer as aspirações de São Paulo, ou deixaria o Governo.

Oswaldo Aranha, em São Paulo, neste dia, apenas terá podido sentir que os oficiais da 2ª Região Militar estavam divididos, ouvindo, do coronel Mário da Veiga Abreu, que a tropa não atiraria no povo. E nem na cavalaria da Força Pública encontrou apoio para que a multidão fosse submetida pela violência.

No dia seguinte, 23 de maio, era o Professor Francisco Morato quem, à frente do Palácio dos Campos Elysios, anunciava a nova composição do governo paulista, inteiramente constituído de homens expressivos da vida de São Paulo.

No novo secretariado escolhido por Pedro de Toledo, destacava-se, à frente da pasta da Justiça, o nosso Professor Waldemar Ferreira,

que ainda às 21 horas tomou posse e no dia seguinte daria posse aos demais.

A proclamação do Professor Morato, vinda pelo rádio, celebrava a data redentora do 23 de maio, o gênio e o ânimo invicto de Piratininga.

Na manhã desse dia, os estudantes de Direito do Largo de São Francisco conclamavam o povo paulista à Praça do Patriarca, dando ênfase ao direito de São Paulo de “fazer hoje a sua libertação”.

O 23 de maio, no entanto, iria manchar-se de sangue e tarjar-se de luto com a morte dos estudantes Martins, Miragaia, Drausio e Camargo; Drausio Marcondes na flor de seus 14 anos. A Legião Outubrista de Miguel Costa investiu, armada de fuzis e metralhadoras, contra os estudantes desarmados.

No dia seguinte, como entidade secreta, nascia o MMDC, que imortalizava, em sua sigla, os quatro mortos do 23 de maio. Alojado inicialmente na Faculdade de Direito, desdobrou-se o MMDC em inúmeras ações ativistas, cuidando, ao longo da Revolução, já oficializado, da direção geral do abastecimento, de manter a segurança das cidades, de intendência, finanças, engenharia, correio militar, propaganda, mobilização e serviços auxiliares, inclusive ações fulminantes e desempenho de missões estratégicas.

Ainda no dia 23, o Professor Waldemar Ferreira, já secretário da Justiça, determinara a imediata lavratura e promulgação dos decretos de reforma de Miguel Costa e de Juvenal de Campos Castro, nomeando para o comando da Força Pública, Júlio Marcondes Salgado. A energia e a decisão do novo governo paulista cortava, dessa forma, as asas dos falcões do tenentismo em nosso Estado.

De 23 de maio a 9 de julho, galvaniza-se o Brasil, pelas ações e o clamor dos ativistas do tenentismo, a tramar a reconquista da terra bandeirante, e pela ação concertada dos que em todo o País lutavam pela Reconstitucionalização.

Do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros e Raul Pila obtêm um telegrama de Flores da Cunha a Vargas, apoiando “a feliz solução dada ao caso paulista” e denunciando “a onda de anarquia sedenta de mergulhar o País”.

Essas palavras foram o único apoio efetivo de Flores, com quem os democratas gaúchos acreditavam contar. As seduções de Getúlio o envolveram e se fecharam sobre ele. Flores iria ser a negra alma das ações destruidoras da Revolução Constitucionalista.

Em Mato Grosso, Bertoldo Klinger, admirado e respeitado por ações militares anteriores, afirmava de maneira peremptória sua posição Constitucionalista, contra o tenentismo e o governo ditatorial.

Do Rio de Janeiro, Euclides Figueiredo, em contato com Isidoro Dias Lopes, com militares da 1ª Região Militar e de todo o Brasil, com conspiradores de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas,

de todos os Estados brasileiros, exerciam missões de coordenação militar, convencido de que só pelas armas haveria lei e ordem.

Ameaças virilmente repelidas, de Rabelo à Pedro de Toledo, deram conta das conspirações tenentistas que perduravam, pelo controle de São Paulo.

Na noite de 9 de julho, afinal, a revolução explodiu. Nessa noite, os estudantes assumem o controle da Faculdade de Direito, fazendo dela um quartel general da Revolução. Aí se constitui o primeiro batalhão da milícia civil, que teria por comandante Romão Gomes, da Força Pública, e iria escrever ao longo da Revolução, páginas fulgurantes de bravura.

Os jornais de 10 de julho conclamavam “todos os paulistas válidos, que verdadeiramente amam São Paulo, a comparecerem ao edifício da Faculdade de Direito”, para ali receberem armas e incorporação.

A 10 de julho, Waldemar Ferreira anunciava a aclamação de Pedro de Toledo como governador do Estado.

Roberto Vítor Cordeiro, ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, assume a presidência da Liga Paulista pró-constituente e concita a juventude bandeirante a cerrar fileiras em torno do Movimento de Redenção Nacional.

Ao anoitecer de 10 de julho, o movimento revolucionário estava vitorioso em todo o Estado de São Paulo.

O nosso Professor Francisco Morato, ao lado do governador Pedro de Toledo, dos generais Isidoro e Klinger e de Pádua Sales, lançavam, no dia 12, um manifesto à nação.

Os estudantes constituíram ainda o batalhão Piratininga, que se notabilizou na frente norte pelo heroísmo e dedicação com que cumpriu as missões recebidas.

O Estado de São Paulo havia sido sistematicamente desarmado por Goes Monteiro e Miguel Costa.

O comando da Revolução, porém, estava seguro de que os aliados no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Bahia, em todo o Norte e Nordeste, assegurariam prontamente, com suas adesões, a vitória do ideal Constitucionalista. Estacaram nossos forças, por isso, em Cruzeiro.

No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, Raul Pila, Lindolfo Color e Baptista Luzardo organizaram movimentos armados em Vacaria, em São João, em Pelotas, em Caçapava, em Santa Maria, em Cerro Alegre, em Fão.

No Amazonas, artilheiros do Forte Óbidos, sobre o Rio Amazonas, reclamaram a Constitucionalização do País. Pequenos barcos, que ocuparam com metralhadoras e fuzis, foram propositalmente abalroados por grandes navios de transportes de tropas e depois, na

dicção indignada de Jarbas Passarinho, metralhados sem contemplação.

No Rio de Janeiro, na Bahia, no Pará, em Goiás, estudantes se erguem na luta pela Constitucionalização. Em todos os Estados, violenta repressão armada fez mortos e prisioneiros. Na Bahia, foram presos 427 rapazes e 312 moças. No Pará, morreu um aluno do 4º ano ginásial, Paulo Cícero Teixeira, que com uma metralhadora resistiu uma noite inteira a ações militares combinadas de várias guarnições.

No Rio de Janeiro, manifestação de milhares de estudantes percorreu a Av. Rio Branco aclamando a Revolução, até que soldados, investigadores e guardas civis, surgindo de vários pontos, lançaram-se sobre a retaguarda dos moços desarmados, atirando para matar.

Em Mato Grosso, inúmeras ações se desenvolveram, mantendo o Estado, ao longo de todo o período revolucionário, sob controle constitucionalista, de Bela Vista e Porto Murtinho, de Coxim a Ladário.

Em todos esses diferentes movimentos estaduais, a inspiração da Faculdade de Direito de São Paulo, o carisma da Faculdade de Direito de São Paulo, a irradiação do amor à Lei, do respeito à Constituição, que nas Arcadas se cultuam, foram fonte de luz que permeou todas as decisões.

Porque não quisera, na noite de 9 de julho, exercer violência armada e preferira aguardar pela esperada adesão incruenta do concerto dos aliados, São Paulo foi vencido nos campos de batalha, depois de 80 dias de heróica resistência, sem armas, sem munição, forte apenas na improvisação do talento e da bravura de seus homens e de suas mulheres.

Na relação dos paulistas que foram exilados para Lisboa pela ditadura getulista, figura, ao lado de Alvaro de Carvalho e de Júlio de Mesquita Filho, o nosso Professor Waldemar Ferreira, alma do governo de 23 de maio de Pedro de Toledo.

Mas, é Hélio Silva quem diz: quando os paulistas depuseram as armas, os verdadeiros vencidos foram os tenentes.

Forçado, pela opinião pública nacional, à Reconstitucionalização do País, Vargas era assim paradoxalmente libertado, pela disciplina do Estado de Direito, dos fogosos militares que até então o tutelavam.

A epopéia paulista de 9 de julho consagrar-se-ia naquela Assembléia, alguns meses depois convocada, que deu ao País a esclarecida Constituição de 1934. Se é certo que aquela Assembléia elegeu presidente ao ditador Getúlio Vargas, é também certo que desse crime não tiveram culpa os numerosos deputados da Frente Única Por São Paulo Unido, que sufragaram, unânimes, o nome honrado de Borges Medeiros. Na bancada da Frente Única Por São Paulo Unido, seis deputados eram professores da Faculdade do Largo de São Francisco.